

DIMENSÕES SÓCIO-DISCURSIVAS DA CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA¹

Mayra Rodrigues GOMES (ECA/USP)²

Resumo: A partir de uma sequência de levantamentos sobre processos censórios, em função de pesquisas apoiadas pela FAPESP e pelo CNPq, o presente artigo tem como foco a supervisão de produtos culturais exercida, no Brasil, pela Classificação Indicativa do Ministério da Justiça. Buscamos, nesse sentido, compreender os processos de classificação realizados pela instituição, a partir do monitoramento do *site* do Ministério da Justiça de análises do Manual da Classificação Indicativa e do Guia Prático. Procuramos, ainda, analisar o posicionamento de veículos jornalísticos frente à Classificação Indicativa e traçar comparativos entre diversos sistemas de classificação ao redor do mundo. Todo esse trabalho é conduzido pelo foco na categoria moral que, prevalentemente, orientou censuras passadas e que supomos ainda exerça papel central nos processos de controle contemporâneos.

Palavras-chave: Classificação indicativa; Liberdade de Expressão; Supervisão.

Abstract: From a sequence of censorship processes investigations, sponsored by FAPESP and CNPq, this article I related to a research that pays attention to the supervision of cultural products in Brazil, applied by the age rating system under care of the Ministry of Justice. We search to understand the classifications processes applied by following the Ministry of Justice site, its Rating Manual and Practical Guide. We also tried to establish the newspapers positions toward ratings. These proceedings were inspired by the hypothesis of the moral category as a prevalent issue in censorship as well as in contemporary rating processes, regarding different ratings systems in our culture.

Keywords: Age rating; Freedom of expression; Supervision.

Introdução

Este artigo tenta esboçar perspectivas da pesquisa que conduzimos presentemente com sua origem em pesquisas já concluídas. Concentra-se nos casos de restrições de caráter moral a produções artísticas e/ou culturais nos dias de hoje, ao lado

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Pesquisa MIDIATO, durante a II Jornada Internacional GEMInIS, na Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, de 17 a 19 de maio de 2016.

² Professora Titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, atuando junto ao Departamento de Jornalismo e Editoração e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1D. Pesquisadora do Mídiato – Grupo de estudos de linguagem: práticas midiáticas e do Obcom, Observatório de Comunicação Liberdade de Expressão e Censura. Email: mayragomes@usp.br

dos argumentos com os quais elas foram justificadas. Ao mesmo tempo, pretende apreender e dimensionar as formações discursivas que dão guarida a tais argumentos. Assim, trabalhamos com metas vinculadas ao Obcom e temas vinculados ao Midiato.

Como dissemos, o projeto se baseou em resultados obtidos, projetando extensão e refinamento. Conduzi, entre 2005 e 2008, extensa pesquisa, realizada no ambiente do Projeto Temático *A cena paulista - um estudo da produção cultural de São Paulo de 1930 a 1970 a partir do Arquivo Miroel Silveira da ECA/USP*, com apoio da FAPESP e coordenação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Castilho Costa, sob o eixo por mim desenvolvido que se voltava para a observação e contabilização das palavras que foram censuradas em peças teatrais, acompanhadas da interpretação dos dados obtidos.

Os resultados da pesquisa, que procurou detectar os assuntos mais visados pela censura, assim como os pressupostos e subentendidos ao ato do censor, procedimentos que pediam contextualização sócio/histórica e leitura a partir da análise de discurso voltada para as implicações, foram publicados em 2008 com o livro *Palavras proibidas. Pressupostos e subentendidos na censura teatral*³.

O Projeto Temático teve uma segunda etapa ainda com apoio da FAPESP, sob a rubrica *Comunicação e Censura – análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP*. Nele permaneci como pesquisadora principal, ao lado da coordenadora, em eixo de pesquisa por mim supervisionado em que me dediquei à captação e leitura das matérias jornalísticas que incidiram sobre a censura a peças teatrais, com especial atenção para as matérias que desenvolveram comentários sobre as palavras nelas censuradas.

Paralelamente, investigamos e procuramos captar as manifestações do próprio jornalismo em prol da liberdade de expressão como um todo e, em particular, em defesa da liberdade artística, nos casos polêmicos em que peças teatrais foram impugnadas ao longo das últimas décadas que fazem parte de nosso universo/base de exploração, a

³ GOMES, Mayra. et alli (2008) *Palavras proibidas. Pressupostos e subentendidos na censura teatral*. São José dos Campos: BlueCom.

saber, os processos censórios e a produção dramática constante no Arquivo Miroel Silveira.

As peças de teatro a partir das quais estudos passados e atuais se desenvolveram fazem parte do Arquivo Miroel Silveira, um acervo, localizado na Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, composto por processos de censura teatral, emitidos pelos departamentos censórios do Estado de São Paulo, de 1925 a 1968. Com a ditadura militar instalada em 1964, a partir de 1968 a censura prévia as apresentações teatrais foi centralizada, passando para a alçada federal.

Enunciando dados mais precisos, o Arquivo compreende 6.137 processos, com 47 peças vetadas e 4.764 peças liberadas. Há um total de 1326 peças parcialmente liberadas. Nessa categoria estão incluídas as que tiveram corte de trechos, restrições etárias, assim como as que tiveram restrições de locais e horários de exibição.

As peças parcialmente liberadas, com cortes de palavras, totalizam 436. Este é o universo sobre o qual incidiu nossa primeira e segunda etapas de pesquisa e sobre o qual imprimimos alguns procedimentos metodológicos para efeito de viabilização do estudo.

Com a contagem de cada proibição, chegou-se a resultados que apontam a categoria moral como foco privilegiado da preocupação censória, pois, com 348 ocorrências, ela compreende 52% dos cortes. A categoria política compreende 23% dos cortes e as categorias de ordem social e religiosa abarcam, respectivamente, 18% e 7% dos cortes.

Ao total de 348 cortes da categoria moral, correspondem alguns assuntos que foram privilegiados. Dentre eles, destacam-se os assuntos relacionados ao ato sexual que totalizam 70 ocorrências e, portanto, 20% dos cortes no campo moral e 12% do total de cortes estudados.

Em relação a esse dado, notemos que até nos anos 60, quando movimentos pela liberdade sexual alcançam seu pico de expressão, o censor José Pereira, Diretor da Divisão de Diversões Públicas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, justifica a censura moral, em caso relacionado a peça teatral, com os dizeres:

“De ressaltar, todavia, que a medida proibitiva alcançou a mais ampla e favorável repercussão, porque outro objetivo não teve senão o de salvaguardar a moral e os bons costumes da Família paulista, sobretudo a dignidade da mulher, já não dizemos paulista ou brasileira, mas da mulher, como ser humano que, como uma das coisas mais belas da natureza, não precisa utilizar-se de artifícios eróticos para despertar a atenção do homem para a sua beleza” (PEREIRA, 1961, p. 11).

Diante de vários achados que corroboraram a afirmação de Pereira, pois se referem a manifestações em prol da censura moral, às vezes pedindo-a e às vezes cumprimentando os censores por alguma ação incisiva, é oportuna a introdução, também condensada, dos procedimentos e resultados obtidos na segunda parte da pesquisa que, como dissemos anteriormente, era voltada para a captação e leitura das matérias jornalísticas que incidiram sobre a censura a peças teatrais.

Como procedimento metodológico com relação ao corpus, foram focados autores que, desde a pesquisa anterior, mostraram grande presença no acervo do Arquivo Miroel Silveira seja pelo número de peças representativo de uma vasta produção e encenação, seja pelo número de restrições que suas peças sofreram, como é o caso de autores politicamente engajados na década de 60, e de autores cujo nome representa um marco na cultura brasileira em virtude de suas criações teatrais e contribuições para a própria constituição de um teatro nacional.

Assim, constituíram-se focos exploratórios autores da monta de Abílio Pereira de Almeida, Alfredo Mesquita, Augusto Boal, Joracy Camargo, Jorge Andrade, Gianfrancesco Guarnieri, Max Nunes, Nelson Rodrigues, Oduvaldo Vianna etc. A partir deles desenvolveu-se a investigação pelas manifestações sobre censura nos jornais de maior tiragem do Estado, a saber, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* (também em seus formatos/veículos anteriores aos atuais), veículos voltados para a produção teatral, como *A Platéia*, e nos livros biográficos de autores teatrais assim como naqueles que reúnem críticas teatrais, caso dos de Clóvis Garcia, Décio de Almeida Prado, Miroel Silveira etc.

Ao longo das pesquisas constatamos que, em tempos de tensão e de distensão política, mesmo em tempos “modernos”, a censura moral não se furtou a um comparecimento maciço e constante. Diante da pergunta sobre sua insistente

prevalência, tentamos responder em termos de seu caráter político, enquanto formação de indivíduos funcionais, em artigo sob o título “A dimensão política da censura moral”, publicado pela Revista *Verso e Reverso* em 2010⁴.

Com as investigações da segunda etapa de pesquisa, pudemos ver que a censura moral, com a prevalência que detém, sempre esteve alinhada, recebendo correspondente respaldo, com a opinião pública. Este é o caso, por exemplo, dos abaixo-assinados que encontramos junto aos processos censórios das peças de Nelson Rodrigues, todos pedindo uma ação firme por parte da censura, visando coibir a apresentação de suas peças.

Nessa pesquisa, orientaram-nos outros vieses da análise de discurso, para além da manutenção da teoria das implicações como cenário em que a censura opera. Trata-se da vertente proposta por Patrick Charaudeau em relação ao discurso político e a opinião pública, a saber, a noção de discursos circulantes donde, brotam os argumentos em que se respaldam posições assumidas, entendimentos consolidados e argumentos a favor ou contra a censura.

A partir dessas considerações, não é de se estranhar que, no jornalismo, também e necessariamente (no mínimo em virtude da manutenção de um segmento de mercado ou de leitores) alinhado à opinião pública, tenha sido detectado um forte silêncio sobre vetos de caráter moral. Embora o jornalismo tenha, muitas vezes, saído em defesa da liberdade de expressão e da liberdade de expressão artística, ainda assim, no geral, respaldou intervenções de caráter moral.

Foi possível ver na pesquisa a conexão entre jornalismo e opinião pública, ao mesmo tempo em que pudemos acompanhar uma censura sempre em sintonia com discursos circulantes para efeitos de seu exercício e que, para esse exercício, teve a moralidade como vetor.

A julgar por esse caráter, fomos levados a supor que a censura moral deve manter-se, para além de nosso foco no passado, com certa prevalência até em nossos

⁴ CASADEI, E. & GOMES, M. (2010) “A dimensão política da censura moral”, Revista *Verso e Reverso* – Revista da Comunicação, da Universidade do Vale dos Sinos, ano XXIV, número 56, pp. 1-28. Disponível em: <<http://www.versoereverso.unisinos.br>>

dias. Claro que a moral de nossos dias é diversa daquela dos anos que correspondem aos dos processos no acervo do Arquivo Miroel Silveira. Claro que os discursos circulantes que a amarram são outros, colocando temas antes evitados, como é o caso da pedofilia, hoje fonte de discursos e de consolidação de posições sociais.

É de nossos dias um constante embate entre Estado e opinião pública em torno da regulamentação dos meios de comunicação, com a ameaça de criação de órgãos de censura aos moldes de tempos passados. A questão dos limites da censura entre medida de administração do bem comum, ou da vida em comunidade, e medida de controle político tem sido objeto de amplo debate e, também, de amplo confronto de argumentações. No meio desse confronto, a censura de caráter moral comparece na classificação etária desde o momento em que uma produção televisiva é desaconselhada, ou proibida, para crianças pequenas até o momento em que um filme só é liberado para maiores de 18 anos.

Com o fim da censura prévia a partir de 1988 e a posterior consolidação de outras providências estatais de supervisão, como a classificação indicativa de produtos culturais, levamos a hipótese da persistência da censura moral, ou da categoria moral como critério de controle, a ser investigada em outros panoramas.

Por dois anos captamos dados junto às mídias, ao site do Ministério de Justiça, a outros sistemas classificatórios etc. Houve uma decisão tomada ao longo da pesquisa visando sua viabilidade, já que tínhamos a nossa frente um imenso universo de produtos culturais passíveis de serem submetidos a algum tipo de supervisão e controle. Optamos por focar a classificação de filmes, os argumentos para a avaliação dada (filmes exibidos nos circuitos comerciais das salas de exibição e também na TV), os comentários que surgiram nas mídias, em particular nas mídias digitais.

Embora essa escolha tenha visado a viabilidade da pesquisa enquanto captação de dados, por outro lado ela é facilitadora também em relação à observação/apreensão dos discursos circulantes que procuramos detectar, pois os filmes assim tomados gozam de imensa penetração cultural e, por isso mesmo, são objeto de olhar atento que levanta

controvérsias sobre a avaliação recebida: fazem brotar opiniões, trazendo à luz as formações discursivas que as alimentam.

Claro que com isso reunimos material imenso, desde o estudo do Manual da Classificação Indicativa, dos argumentos e postagens do site do Ministério da Justiça, das polêmicas sobre reivindicações civis que emergiram tanto na mídia impressa quanto na digital, das comparações entre sistemas classificatórios, até os argumentos apresentados por uma ou outra posição anotada.

Os dados obtidos, que foram objeto de artigos e de trabalhos apresentados em congressos, constituem vasto manancial ainda a ser explorado. Compartilhamos, aqui, somente algumas observações a partir dos levantamentos realizados entre 2012 e 2014.

Algumas observações

Como já dissemos, a classificação etária funcionou para nós como um norte na captação de sinais em relação à prevalência da censura moral e, também, em relação aos discursos circulantes que fundam os argumentos com que ela se exerce. Os casos polêmicos constituíram objetos de teste/averiguação.

Em trabalho conjunto com Gabriella Feola, Mateus Marcel Netzel, Nina Maria Turin do Paço e Susana Berbert, orientandos de Iniciação Científica detentores de bolsa CNPq/PIBIC e FAPESP, foram conduzidos diversos levantamentos a partir da classificação indicativa de filmes e programas televisivos⁵.

A partir desses levantamentos, exemplificamos estudo comparativo entre classificações contemporâneas, trazendo um quadro que contrapõe a classificação brasileira às classificações da CNS e da MPAA.

Classificação Católica

⁵ Os bolsistas publicaram artigos, com ponderações bastante esclarecedoras sobre seus trabalhos, na revista *Anagrama*, uma publicação trimestral do Midiato - Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas (ECA-USP) que tem como objetivo discutir temas relacionados à mídia, imprensa e comunicação social a partir de uma ótica interdisciplinar. A principal meta é divulgar a produção acadêmica dos graduandos de qualquer área do conhecimento.

O Serviço Católico de Notícias (Catholic News Service – CNS) produz um método próprio de Classificação Indicativa, baseada em preceitos morais religiosos.

< <http://www.catholicnews.com/contacts.htm> >

Ela classifica da seguinte maneira:

A-I: Patronado Geral

A-II: Adultos e Adolescente

A-III: Adultos

L: Audiência Limitada (filmes os quais podem ser ofensivos por ter conteúdo problemático)

O: Moralmente Ofensivo

Classificação da MPAA (Motion Pictures Association of America)

A MPAA ligada às produtoras de cinema, é o órgão que contém a a CARA (Classification and Ratings Association) responsável nos Estados Unidos pela classificação de filmes em parceria com associações de pais.

<http://www.mpa.org/>

Apresenta as seguintes categorias:

G: General audiences (público geral). Classificação livre.

PG: Parental Guidance (orientação dos pais). Dependem do consentimento dos pais.

PG-13: Parental guidance 13 (orientação dos pais para crianças abaixo de 13). Diz respeito a filmes com conteúdos mais impactantes.

R: Restricted (restrito). Crianças abaixo de 17 anos só podem assistir o filme em companhia dos pais ou de um adulto.

NC-17: No Children (nenhuma criança abaixo de 17).

Classificação Indicativa Brasileira

L – LIVRE PARA TODOS OS PÚBLICOS

A análise não aponta inadequações – exibição em qualquer horário

10 - INADEQUADO PARA MENORES DE 10 ANOS

Exibição em qualquer horário

12 - INADEQUADO PARA MENORES DE 12 ANOS

Exibição após às 20h.

14 - INADEQUADO PARA MENORES DE 14 ANOS

Exibição após às 21h.

16 – NÃO RECOMENDADO PARA MENORES DE 16 ANOS

Exibição após às 22h.

18 - NÃO RECOMENDADO PARA MENORES DE 18 ANOS

Exibição após às 23h.

Estabelecemos estudo comparativo, com um corpus de 42 filmes de mais relevância lançados em 2013, entre os três sistemas de classificação, como pode ser visto na tabela a seguir.

Título em Português	Título Original	CNS	MPAA	BR
A Branca de Neve e o Caçador	Snow White and the Huntsman	A-III	PG-13	12
A casa dos sonhos	Dream House	L	PG-13	14
Abraham Lincoln caçador de vampiros	Abraham Lincoln: Vampire Hunter	L	R	14
Alvin e os esquilos 3	Alvin and the Chipmunks: Chipwrecked	A-I	G	L
Assassinos de Elite	Killer Elite	A-III	R	
Batman - O cavaleiro das terras resurge	The Dark Knight Rises	A-III	PG-13	12
Battleship - As batalhas dos Mares	Battleship	A-III	PG-13	10
Bully	Bully	A-III	PG-13	12
Chernobyl - Sinta a radiação	Chernobyl Diaries	L	R	14
Chimpanzé	Chimpanzee	A-I	G	
Cinco anos de Noivado	The Five-Year Engagement	O	R	
Do fundo do Mar	The Deep Blue Sea	L	R	12
Ela Dança, eu danço 4	Step Up Revolution	A-III	PG-13	
Era do Gelo 4	Ice Age: Continental Drift	A-I	PG	L
Homens de Preto 3	Men in Black 3	A-III	PG-13	10
Jogos Vorazes	The Hunger Games	A-III	PG-13	14
Kate Perry: Part of Me	Katy Perry: Part of Me	A-III	PG	L
Madagascar 3	Madagascar 3: Europe's Most Wanted	A-I	PG	L
Mike Magic	Magic Mike	O	R	16
MoonRise Kingdom	Moonrise Kingdom	A-III	PG-13	12

O corvo	The Raven	L	R	14
O ditador	The Dictator	O	R	14
O espetacular homem aranha	The Amazing Spider-Man	A-III	PG-13	10
O exótico hotel marigold	The Best Exotic Marigold Hotel	O	PG-13	10
O Lorax - Em busca da trúfula perdida	Dr. Seuss' The Lorax	A-I	PG	L
O Noivo da Minha Melhor Amiga	Something Borrowed	L	PG-13	12
O que esperar quando você esperando	What to Expect When You're Expecting	L	PG-13	12
O segredo das cabanas	The Cabin in the Woods	O	R	
Operação Presente	Arthur Christmas	A-II	PG	L
Os Vingadores	Marvel's The Avengers	A-III	PG-13	12
Para Roma, com Amor	To Rome With Love	L	R	12
Piratas pirados	The Pirates! Band of Misfits	A-II	PG-13	L
Procura-se um amigo para o fim do mundo	Seeking a Friend for the End of the World	L	R	16
Prometheus	Prometheus	O	R	16
Rock of Ages : O filme	Rock of Ages	O	PG-13	14
Selvagens	Savages	O	R	18
Sombras da Noite	Dark Shadows	L	PG-13	14
Ted	Ted	O	R	16
Pense como eles	Think Like A Man	A-III	PG-13	12
Titanic	Titanic	A-III	PG-13	12
Valente	Brave	A-II	PG	L

Vizinhos Imediatos de 3º grau	The Watch	O	R	12
-------------------------------	-----------	---	---	----

Fazemos questão de apresentar a tabela acima porque ela mostra, com clareza, um fato que emergiu em nossas pesquisas. Grosso modo, a classificação indicativa, a cargo do Ministério da Justiça do Brasil, atribui faixas etárias mais baixas para cada filme em relação às atribuições instauradas pela CNS e pela MPAA. Podemos dizer que o processo brasileiro é mais condescendente em relação a outros processos indicativos mundo afora.

No levantamento feito a partir de filmes de 2012, foram catalogadas 200 obras exibidas nas cadeias de cinema, dos mais variados gêneros: comédia, drama, suspense, terror, documentário etc. Embora nos conduza o tema da categoria moral, e o tema da sexualidade aí se enquadre, não trabalhamos com filmes pornográficos porque os mesmos são exibidos em espaços restritos e porque, por sua natureza, a eles é concedida uma licença que não caberia nos circuitos convencionais.

Do número total de obras analisadas, 80 delas (ou 40%) tiveram algum tipo de justificativa moral dada pelos profissionais do Ministério da Justiça. Os argumentos de cunho moral foram:

- Linguagem imprópria/inadequada
- Conteúdo sexual
- Nudez
- Relação sexual não explícita
- Linguagem Sexual

Em comparação com os resultados de nossas pesquisas anteriores, os levantamentos realizados em torno da classificação de filmes mostram que a censura moral, embora ainda expressiva, passou para segundo plano como articuladora de controle social. Contudo, ainda nos dias de hoje, é em nome dela que muitas das polêmicas mais envolventes acontecem.

Por exemplo, o filme Ted alcançou notoriedade pela demanda do Deputado Protógenes Queiroz. Justamente com o argumento da moralidade, ele pediu que o filme fosse proibido. Houve expressiva troca de opiniões, e insultos, por conta de um pedido considerado inadequado ao filme e, ao mesmo tempo, na contramão da defesa de liberdade de expressão que nos conclama hoje em dia. Em virtude dessa situação, acompanhamos estatísticas sobre opiniões dos leitores tanto na imprensa quanto em sites.

O filme, embora traga componentes de carinho e amizade em relação a um ursinho de pelúcia, foi classificado como inadequado para menores de 16 anos em virtude de conteúdo ligado a sexo, drogas e palavreado chulo. No entanto, o deputado levou seu filho de 11 anos para vê-lo, achando-o inapropriado (e era, como a classificação para 16 anos apontava) dando início à controvérsia.

O jornal ZERO HORA realizou uma pesquisa de opinião com seus leitores. Houve 481 leitores que responderam ao questionário: 94 deles (20,39%) se colocaram a favor da proibição, enquanto 387 (79,61%) votaram contra.

André Barcinski, colunista da Folha de S. Paulo, escreveu um texto sobre a polêmica e muitos de seus leitores deram suas opiniões sobre o caso. Houve 106 comentários: 97 contra a proibição e 9 a favor.

Em relação ao conjunto dos levantamentos de filmes correntemente transmitidos na TV aberta, independentemente de seu ano de realização, anotamos algumas ocorrências.

Considerando somente os filmes que sofreram alguma classificação restritiva, foco de maior interesse nessa pesquisa por possuírem critérios de natureza moral, contata-se uma maioria de filmes classificados nas faixas etárias centrais – 12, 14 e 16 anos – entre as quais prevalece a faixa de 14 anos com 73 filmes classificados restritivamente.

Considerando os critérios que aparecem como justificativa para a atribuição de cada classificação e seguindo a redução desses critérios a temas, relacionados às nossas categorias na metodologia de pesquisa original (moral, social, religiosa e política), é possível notar clara prevalência do tema “violência” em todas as faixas etárias. As temáticas “sexo”, “drogas” e “linguagem” aparecem em quantidades semelhantes com pequenas diferenciações de acordo com a faixa etária. Há maior registro dos temas “sexo” e “drogas” em faixas maiores – 18 e 16 anos – e do tema “linguagem” em faixas menores – 12 e 10 anos.

Resumindo extensa cobertura de dados e resultados obtidos, ressaltamos o fato de que o critério “violência” mostrou-se prevalente, em prejuízo de tudo que era do

âmbito do critério “moral”, ao ponto de, nos dias de hoje, constituir-se como categoria à parte a nortear os novos modos de supervisão e controle de produtos culturais. Fato é que o critério “violência” se impõe, seja como sinal dos tempos por ocorrências da realidade ou sinal dos tempos por ideais compartilhados. Contudo, essas razões/raízes nos levam a outros caminhos que já não cabem mais no presente relato.

Referências Bibliográficas

- BARCINSKI, André. (2012) O deputado e o ursinho Maconheiro, Folha de São Paulo. [<http://andrebarcinski.blogfolha.uol.com.br/2012/09/25/o-deputado-e-o-ursinho-maconheiro/>] Último acesso em 07/11/2012.
- BARRETO FILHO, M. (1941) *Diversões Públicas: Legislação-Doutrina: Prática Administrativa*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Editor.
- CASADEI, E. & GOMES, M. (2010) “A dimensão política da censura moral”, Revista Verso e Reverso – Revista da Comunicação, da Universidade do Vale dos Sinos, ano XXIV, número 56, pp. 1-28. Disponível em: <<http://www.versoereverso.unisinos.br>>. Acesso em: 20. Ago. 2013.
- CHARADEAU, Patrick. (2006) *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- CHARAUDEAU, P. (2008) *Discurso político*. São Paulo: Contexto.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. (2006) *Censura em cena: teatro e censura no Brasil*. São Paulo, Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- DOMINGOS, João. (2012) “Deputado quer proibir filme de Ursinho Viciado”, O Estado de São Paulo. [<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,deputado-quer-proibir-filme-de-ursinho-viciado,935270,0.htm>] Acesso 26/09/2012.
- DUCROT, Oswald. (1987) *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes.
- DUCROT, Oswald. (1981) *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo, Global.
- FOUCAULT, Michel. (1996) *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- FOUCAULT, Michel. (2002) “Conferência V”. In: *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, p. 103-126.
- FOUCAULT, Michel. (1999) *História da sexualidade I—a vontade de saber*. Rio de Janeiro Graal.
- FREIRE, A. J. (2012) “Classificação Indicativa - Ted e protogenes”, Blog Nerd Pai [<http://nerdpai.com/classificacao-indicativa-ted-e-protogenes/#axzz27ZpFeVtc>] Acesso 26/09/2012.
- GOES, Tony. (2012) “A fúria do deputado Protógenes contra o urso Ted”, Folha Uol. [<http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/1159434-a-furia-do-deputado-protogenes-contra-o-urso-ted.shtml>]. 26/09/2012.
- GOMES, M. (2012) “Algumas considerações sobre a classificação indicativa” in Costa, C. Seminários sobre censura. Núcleo de pesquisa em Comunicação e Censura, São Paulo: Balão Editorial/FAPESP.

- GOMES, M. (2013) “Sobre supervisão e controle: um exercício em torno da classificação indicativa”, *Matrizes – revista do Programa de Pós-Graduação Ciências da Comunicação da ECA-USP*, volume 7, número 1, pp. 127-147. Disponível em: <Endereço: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/issue/current/showToc>>.
- GOMES, Mayra. et alli (2008) *Palavras proibidas. Pressupostos e subentendidos na censura teatral*. São José dos Campos: BlueCom.
- JUSTIÇA, Ministério da justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (2006) *Manual da nova classificação indicativa*, Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em: <www.mj.gov.br/classificacao>. Acesso em 20 Ago. 2013.
- MASCHIO, Alan. (2012) “Ursinho Ted - Isso sim é censura”, *Antiblog*. [<http://maringa.odiario.com/blogs/antiblog/2012/09/25/ursinho-ted-isso-sim-e-censura/>] Acesso em 26/09/2012.
- PEREIRA, J. (1961) *Teatro e cinema. Da condenação de seu desvirtuamento*. São Paulo: Exposição do Livro Editora.
- PREVIDELLI, Amanda. (2012) “Deputado Protógenes Queiroz quer suspende filme Ted”, *Exame.com* [<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/deputado-protogenes-queiroz-quer-suspender-filme-ted>]. Acesso em 26/09/2012.
- QUEIROZ, Protógenes. (2012) “[Esclarecimentos sobre a polêmica com o filme ‘TED’](#)” Blog do Protógenes. [<http://blogdoprotogenes.com.br/?p=3439>] Acesso em 07/11/12.